

MANUAL DE CALIGRAFIA EM TEMPOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO? “SEMPRE É TEMPO...”

Lígia Regina Klein
Universidade Federal do Paraná
lr.klein@uol.com.br

Bianca Larissa Klein
Faculdade UNIBRASIL
biancaclein@hotmail.com

RESUMO:

O artigo analisa a obra didática de Antônio De Franco, intitulada “Método de Caligrafia De Franco – Sempre é tempo...”, buscando apreender os móveis de sua ampla e positiva repercussão, na época. Nessa direção, aponta-se que o contexto econômico brasileiro, marcado pelo impulso da industrialização e expansão da burguesia industrial, operariado e setores médios, com conseqüentes reflexos na política nacional, faz emergir novas demandas sociais. Impõe-se o propósito da regeneração do homem brasileiro e o ingresso da Nação na civilização moderna, norteado por um ideário nacionalista, tecnicista e cientificista. O manual de De Franco, em sintonia com esse ideário, mais que mera proposta didática, interessa-nos pelo que expressa do pensamento que emana de um crucial momento da história sócio-econômica brasileira.

Palavras-chave: manual didático – educação e sociedade – modernização cientificista.

MANUAL OF CALLIGRAPHY IN TIES OF INDUSTRIALIZATION? “IT’S TIME EVER...”

ABSTRACT:

This article analyzes the didactic work “De Franco Method of Handwriting – It’s always time...”, by Antônio De Franco, and tries to grasp the reasons of its wide and positive effects at the time it was published. In this way, one points out that the Brazilian economical context, marked by the development of industrialization and the expansion of industrial middle class, working class, and middle sectors, and its effects on national politics, brings in new social demands. It is necessary for the Brazilian people to be regenerated and for the Nation to enter modern civilization, guided by nationalist, technicist, and scientificist ideas. Based on these ideas, the De Franco guide attracts our attention because rather than being a mere didactic guide, it expresses the thinking that was produced in a crucial moment of the Brazilian social and economical history.

Keywords: didactic manual – education and society – scientificist modernization

Introdução

No desenvolvimento de pesquisa sobre material didático deparamo-nos com a obra de Antônio De Franco, intitulada “Método de Caligrafia De Franco – Sempre é tempo...”, que impressiona pela evidente preocupação com a criação de recursos técnicos, incluindo aparelhos, voltados à busca do aperfeiçoamento da atividade caligráfica.

Situando a obra no contexto dos anos 20, em São Paulo, defende-se que a positiva repercussão por ela obtida, em diferentes meios, deve-se a sua harmonização com o ideário nacionalista e técnico-cientificista vigente, expressão, no campo das idéias, das modificações econômico-políticas que, naquele momento, têm lugar.

A Escola de Caligrafia De Franco

Antônio De Franco, filho de migrantes italianos, – professor calígrafo, como ele próprio se autodenomina – funda, em 1915, a Escola de Caligrafia De Franco, com sede na cidade de São Paulo. Dispondo de “todos os elementos didáticos e mecânicos” necessários, conforme explicita o autor, a Escola objetiva proporcionar, aos seus alunos, a “remodelação de grafias ruins, tornando-as aperfeiçoadas, uniformes e ótimas” (DE FRANCO, 1928, p. 11), por meio de uma graduação das lições “de tal maneira feita que inevitavelmente o traço péssimo e defeituoso no início, será firme, nítido e belo no final” (DE FRANCO, 1928, p. 11). Além da qualidade do traço, o aluno dominará uma gama diversa de tipos de letras, dentre os quais, a inglesa comercial, a ronde francesa, a gótica alemã, a gótica inglesa, romana clássica, inclusive o lapidário em relevo designado também de “lapidário à fantasia - Século XIX”, bem como as formas de numeração correspondentes. Os serviços da escola também são ofertados à distância, por correspondência, na modalidade “curso caligráfico comercial”, no qual o interessado poderá aprender os mesmos caracteres do curso presencial, em um período que irá depender do ritmo e empenho aplicados nos exercícios previstos.

Em 12 de junho de 1935, a Superintendência da Educação Profissional concede o registro ao regular funcionamento da instituição, com sede na Rua General Osório, nº 126, em São Paulo, sob direção e responsabilidade do professor Antônio De Franco.

Atualmente, a escola, com a mesma denominação original, continua em funcionamento, sob direção da terceira geração da família De Franco. No seu sítio eletrônico, afirma-se “a única escola do Brasil dedicada exclusivamente ao ensino de caligrafia” (DE FRANCO NETO, 2010).

Método de Caligrafia De Franco – Sempre é tempo...

Ao longo de seu trabalho, na dupla condição de professor e proprietário da Escola, Antônio De Franco tem privilegiada oportunidade de avaliar o processo de ensino e “em vista dos péssimos resultados obtidos no ensino da caligrafia pelos meios habituais de correção verbal, e individual, conforme observações colhidas durante 40 anos de tirocínio”, chega à conclusão de que o insucesso se deve, “unicamente” e “na maioria dos casos”, às “más posições do corpo, braços e mãos, mui difíceis de ser corrigidas verbalmente” (DE FRANCO, 1928, p. 23). Diante disso, desenvolve o “Método de Caligrafia De Franco – Sempre é tempo...”, cuja detalhada exposição é publicada, pela primeira vez, em 1928.

Releva destacar a excelente acolhida alcançada pelo livro, que foi, inclusive, objeto de um elogio do então presidente da República, Washington Luís, transmitido em missiva assinada pelo seu Oficial de Gabinete, bem como de expressa recomendação aos colégios católicos pelo Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, que considera “o interessante trabalho do Prof. A. De Franco, intitulado Sempre é Tempo... como muito apropriado e racional para o ensino da arte de escrever” (DE FRANCO, 1928, p. 14).

O Método obteve inúmeras premiações em exposições nacionais e internacionais: Grande Prêmio Rio de Janeiro – 1933; Grande Prêmio Minas Gerais; Medalha de Ouro Minas Gerais; Grande Prêmio Exposição Internacional Roma; Grande Medalha de Ouro Firenze, entre outras.

Os principais jornais paulistanos também se manifestam muito favoravelmente ao Método. O jornal Folha da Manhã (DE FRANCO, 1928, p. 14) exalta a obra, nestes termos:

É um estudo paciente e completo revelando-nos mil e um motivos de admiração pela operosidade beneditina do autor, esta “tecnologia caligráfica”.

(...) De par com regras ou preceitos relativos à clareza, proporção, igualdade, simetria, paralelismo, limpeza, correção e elegância da escrita (8 propriedades fundamentais, segundo o professor De Franco), o volume oferece “clichés” demonstrativos da verdadeira e das falsas posições, e exemplos de resultados obtidos com o método interessantíssimo do autor. “Sempre é Tempo...” nos demonstra, com efeito, que sempre é tempo de escrever bonito, ou melhor, para evitar ilusões literárias, de traçar bonitas letras.

Em matéria publicada em 28 de março de 1928, o jornal O Estado de São Paulo registra:

“Sempre é Tempo...” é o título que o professor Antônio De Franco deu ao seu livro de tecnologia caligráfica. Nele escreve o seu método racional de ensino de caligrafia, os aparelhos por ele inventados e empregados nas suas aulas e os resultados obtidos com alunos de péssima escrita, depois de poucas lições.

O livro pode servir de guia e orientação em todas as escolas, ensinando essa coisa que a máquina de escrever está tornando uma enfeitada, a caligrafia. (DE FRANCO, 1928, p. 17)

Na mesma data, assim se posiciona o Correio Paulistano:

O Sr. Antônio De Franco, conhecido professor, cujos trabalhos são muito apreciados do nosso público, acaba de publicar o seu método para o ensino de caligrafia. O presente livro intitulado “Sempre é Tempo...” é mais uma brilhante documentação da sua competência na arte a que dedicou o melhor de sua atividade e de seu esforço. Em ligeiro prefácio, explica o distinto A. os fins que o levaram a publicar o curioso volume, que prestará relevantes serviços a todos quantos se dediquem ao ensino e ao estudo dessa matéria. Aplicando o seu método, que é fruto de larga e profícua observação, o professor De Franco tem colhido os mais belos resultados. Reunidos preceitos em que baseou o seu processo de ensinar caligrafia, está convencido – e parece que com toda razão – de que é esse método, tão claramente exposto no presente volume, o mais perfeito até hoje editado.

Como referem os jornais, o Método se apresenta como uma “tecnologia caligráfica” e um aspecto, em especial, chama atenção: o uso de aparelhos de correção postural.

Sobre esses aparelhos, o autor apresenta várias considerações, esclarecendo, inicialmente, que as “más posições ou vícios” posturais que inviabilizam o sucesso do perfeito aprendizado da caligrafia, não sendo passíveis de superação por mera orientação verbal, requerem, para sua correção, o uso de instrumentos próprios, pelo tempo necessário à criação de novo hábito postural. As más posturas, diz o autor, “só poderão ser evitados

mecanicamente, obrigando o aluno a adotar a posição correta, utilizando para isso aparelhos adequados a cada caso, até que, acostumado com eles, conserve natural posição, podendo então ser suprimido o aparelho” (DE FRANCO, 1928, p. 23). Assim, destaca que os aparelhos exercem uma dupla função na formação postural: forçar a posição adequada e acostumar o aluno a esta posição. Reitera, ainda, que só serão obtidos resultados definitivos se estritamente respeitada a recomendação do uso do aparelho pelo tempo recomendado.

No intuito de corrigir e habituar o corpo às posições adequadas à caligrafia, De Franco idealiza e constrói quatorze aparelhos, cada um deles destinado a corrigir uma parte específica do corpo. Considera que a correção de cada uma dessas partes afeta o conjunto das posturas implicadas na atividade caligráfica, resultando daí uma “correção absoluta de todos os vícios ou defeitos de posição do corpo”, condição necessária para que se consiga “uma letra boa, clara e rápida, isto é, perfeita em quaisquer tipos ou caracteres manuscritos” (DE FRANCO, 1928, p. 23).

Distingue, também, nos aparelhos, uma função preventiva e uma função corretiva: aquela, apropriada às crianças, cuja postura ainda não se apresenta viciada por maus hábitos, e esta pertinente aos adultos, em relação aos quais é necessário agir de forma corretiva, saneando os vícios de postura.

Referindo ótimos resultados obtidos na aplicação dos aparelhos “em pessoas de ambos os sexos, de 10 aos 60 anos”, De Franco (1928, p. 23), expressa forte convicção na sua utilidade prática :

A aplicação dos mesmos, seguindo cuidadosamente os preceitos e observações do presente método, torna-se duma facilidade elementar para qualquer pessoa. Estou com o direito de afirmar que este método é, praticamente, o mais perfeito até hoje idealizado, pois que há pessoas de 20, 25, 30 anos de idade que, tendo tido vontade de aperfeiçoar a letra não o conseguiram com outros sistemas; e, no entretanto, depois da aplicação deste método, realizaram progressos edificantes, com plena satisfação. (DE FRANCO, 1928, p. 23).

Na exposição do Método, a primeira parte é dedicada à mecânica e, nela, as questões posturais e a descrição dos aparelhos, acompanhadas de ilustrações, ocupam especial destaque. As duas outras partes que compõem o livro do Método tratam, pela ordem, da caligrafia e das “pautas”, mais propriamente dos exercícios nas pautas ou linhas caligráficas, bem como de orientações sobre os instrumentos de escrita: penas, canetas, lápis, tinta, tinteiros.

Do já exposto e sem necessidade de muito perscrutar o texto, evidencia-se o teor higienista que orienta as preocupações do autor: a caligrafia condiciona-se à postura adequada e esta se encontra perdida em função de vícios que se foram instaurando ao longo da vida do aluno. A função pedagógica se presume, assim, necessariamente composta por dois momentos: um, primeiro, de natureza saneadora, corretiva e outro propriamente de aquisição da habilidade caligráfica, condicionado ao primeiro.

Ciência e técnica a serviço da eficiência na regeneração e no aprendizado

Não se há de estranhar que, em se tratando de uma atividade de natureza expressivamente manual, o ensino de caligrafia requeira cuidados com a técnica. Por outro lado, considerando-se o aspecto estético da atividade caligráfica – que vai além da mera

escrita legível – poder-se-ia exigir, no seu ensino, outros componentes não meramente técnicos.

Sobre a natureza estética da caligrafia, bem se expressa Spencer Vampré (DE FRANCO, 1928, p. 18), prefaciador do livro do Método, em comentário em que opõe o fazer mecânico e a arte, apreendendo, nessa diferença, a condição de permanência de certas práticas que, em sua condição meramente reprodutivista, são levadas de roldão pelo desenvolvimento de novas técnicas, instrumentos e máquinas:

Na arte caligráfica entra o gosto artístico como elemento essencial. Quem não sentir a beleza das formas regulares, a doçura das curvas, a esbeltez dos traços, em uma palavra, alta significação estética de uma proposição escrita com arte, nunca poderá ser calígrafo na expressão mais alta do termo. Será um copista respeitável; contar-se-á entre os amanuenses regulares; mas nunca logrará disputar a primeira plana nesta bela e completa manifestação da inteligência.

Mas aqui, como em tudo, há a palavra dos cépticos que procuram enregelar os surtos do idealismo. “É inútil, hoje, dirão a arte caligráfica, pois a máquina de escrever, completando os progressos da imprensa, lhe estreitou os horizontes. Compreende-se que, na Idade Média ocupassem os amanuenses, os copistas e os calígrafos invejável posição junto aos ricos e aos potentados. Hoje, porém, há a máquina de escrever, há o linotipo, há o mimeógrafo e cada uma dessas maravilhas do engenho humano relega para uma segunda plana a caligrafia”.

Nada menos exato. Tais proposições equivalem as de quem entendessem que a oleografia diminuiu o campo à pintura e ao desenho; que a arte fotográfica e a sua reprodução por clichês prejudicaram os processos das artes plásticas; que o invento de máquinas de moldagem industrial cortou as asas à escultura.

O homem refletido sabe, entretanto, que uma coisa é a reprodução mecânica, feita, é verdade, impecavelmente, mas sem vida que o trabalho individualizado comunica à matéria, e outra coisa é o sentimento artístico, a emoção estética, que dá vida, anima e resplandece, onde quer que o gênio humano imprimiu o sêlo de sua majestade.

Entretanto, ainda que o Método De Franco objetive uma caligrafia com qualidades estéticas (letras “elegantes” que se obtém pela observância de sete regras ou princípios conjugados, a saber: 1º. Clareza; 2º. Proporção; 3º. Igualdade; 4º. Simetria; 5º paralelismo; 6º. Limpeza; 7º. Correção) nada há nele que indique uma preocupação com a formação das qualidades estéticas do aluno, ficando dita elegância das letras vinculada à reprodução de modelos consagrados. Assim, para os estritos objetivos a que se propõe, e excetuando-se o (re)conhecimento de um rol definido de modelos de letras¹, dito Método requer meramente orientação técnica e insistente exercício repetitivo.

Mais ainda: mesmo nos limites desse recorte, ressalta, no método de De Franco, uma perspectiva tecnicista, articulada a pressupostos higienistas de regeneração e prevenção de vícios.

É este aspecto que se coloca em relevo, na análise que se segue, daí porque não nos aprofundarmos, neste trabalho, no debate sobre a dimensão estética.

Na apreensão do acento tecnicista do Método, releva repetir que a “mecânica” do processo de ensino/aprendizagem da caligrafia destaca-se como primeira parte do livro, intitulada “Mecânica: aparelhos, regras e aplicações”, onde são apresentadas as “regras básicas para se obter as posições corretas, com a aplicação dos aparelhos”.

De plano, o calígrafo paulista (1928, p. 24) exorta o aprendiz ao rigoroso cumprimento das regras que passará a expor, considerando que “à vista da sistematização destas regras, e dos resultados matemáticos e rápidos por mim obtidos em sua aplicação, consegue-se transformar no curto espaço de poucas aulas, a letra mais defeituosa numa caligrafia clara, elegante e proporcionada; o aluno, para obter um resultado rápido e perfeito, precisa respeitar as regras integralmente”.

As regras mencionadas referem-se à postura ao sentar-se à mesa de trabalho, bem como à postura da mão – direita - e dos dedos no momento da escrita. Para apreciação do nível de detalhamento, vale colher, do texto de De Franco (1928, p. 25), as recomendações sobre “o assento”:

1º - O assento deve ter uma altura que permita ao aluno descansar os pés de modo natural no chão, numa distância de 15 a 20 centímetros um do outro, de acordo com a conformação da pessoa, sendo o pé esquerdo colocado uns 5 centímetros adiante do direito e ambos formando um ângulo agudo.

2º. – O corpo, levemente inclinado para a esquerda, deve estar direito, apoiado no encosto do assento, encontrando, nesta posição, a altura normal “exatamente” a superfície da mesa, com os dois cotovelos apoiados na mesma. O abdômen ficará à beira da mesa ligeiramente encostado.

3º - A cabeça, um tanto inclinada, num ângulo de 15 graus mais ou menos.

4º - O ante-braço esquerdo apoiado em cheio sobre a superfície da mesa, segurando a base do caderno ou folha de papel, com a mão aberta e plana, sem esforço.

O músculo inferior do antebraço deve ficar apoiado tão de leve, de modo a poder movimentar-se sem o menor esforço, horizontal e lateralmente.

Impressiona, na exposição das regras, o minucioso detalhamento sobre o assento e a mesa de trabalho, bem como recomendações igualmente minuciosas sobre a postura corporal do aluno, que, no livro, ainda se fazem acompanhar de fotos ilustrativas.

O emprego de noções matemáticas, seja reportando aos “resultados matemáticos e rápidos”, seja sugerindo precisão rigorosa na exposição metodológica, constitui recurso argumentativo a revestir de um matiz de cientificidade as regras propostas, expressando uma inequívoca preocupação cientificista.

É, entretanto, na descrição dos modos de corrigir as posições viciadas, com o concurso dos aparelhos, que mais se evidencia essa combinação que se pode identificar como um higienismo-técnico-cientificista.

Impactante, nesse sentido, é a foto ilustrativa do conjunto dos aparelhos, que se assemelha, muito, com uma mesa de instrumental cirúrgico, conforme se pode verificar na reprodução² abaixo:



Fig. 1 – Conjunto dos instrumentos

Na sequência, seguem-se exemplos – da esquerda para a direita - de má postura e o respectivo aparelho corretivo:



Fig. 2 – Má postura dos pés



Fig. 3 – Correção da postura dos pés



Fig. 4 – Má postura: braço e mão



Fig. 5 – Correção da postura do braço

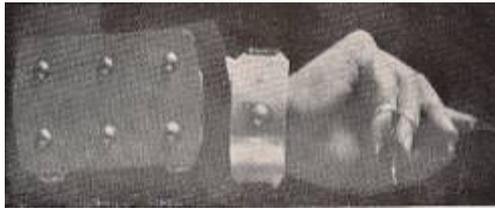


Fig. 6 – Correção da postura do punho e dedos

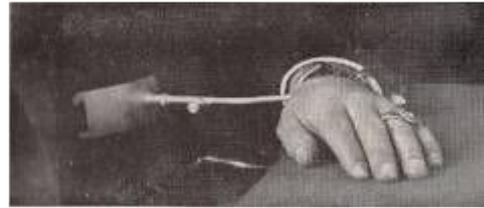


Fig. 7 – Correção da postura do braço esquerdo

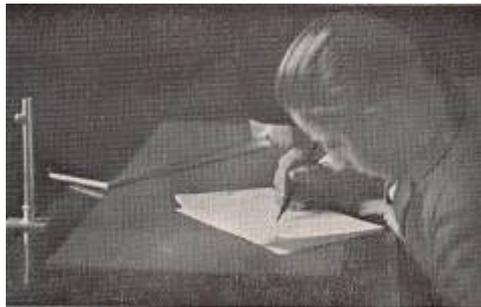


Fig. 8 – Má postura da cabeça



Fig. 9 – Correção da postura da cabeça



Fig. 10 – Má postura dos dedos

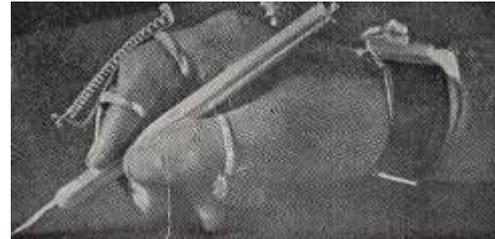


Fig. 11 – Correção da postura dos dedos

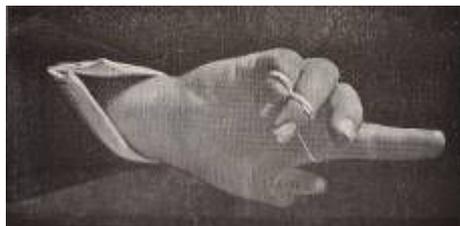


Fig. 12 – Correção da postura dos dedos

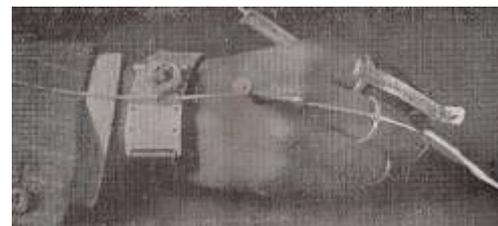


Fig. 13 – Correção dedos e punho



Fig. 14 – Correção da postura dos dedos

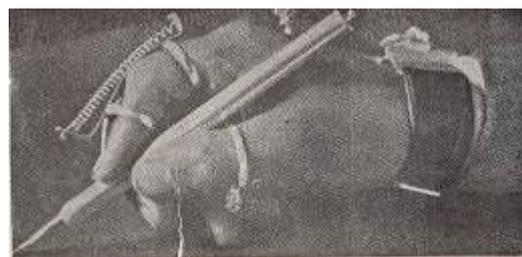


Fig. 15 – Correção da postura dos dedos

O contexto de emergência do Método De Franco

Aplica-se aqui, com justeza, o surrado clichê de que “a imagem fala por si mesma”, não cabendo maiores descrições desses aparelhos. Entretanto, o caráter inusitado, surpreendente mesmo, desse aparato pedagógico impõe entender o contexto de sua invenção.

Nesta senda, impõe-se considerar uma primeira questão, que é a posição peculiar ocupada pela educação no processo produtivo capitalista: se de um lado é inequivocamente uma atividade superestrutural, de construção de ideário e regramentos funcionais à reprodução do capital, de outro, sendo instância de formação da força de trabalho, liga-se diretamente à produção e influencia a constituição do valor dessa força.

Com efeito, na preleção de Marx (1982), o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. Entretanto, dois outros fatores influem na constituição desse valor: os custos de formação da força de trabalho e a diversidade natural dos trabalhadores (idade, compleição física, homem, mulher, criança, adulto, etc.). Vê-se, pois, que a formação da força de trabalho não é algo de que nem o capital nem os trabalhadores possam descurar³. O caráter de oposição das razões do interesse daquele e destes na educação, coloca-a na condição de objeto de tensões e luta entre as classes. Por esta razão, não basta debruçar-se sobre expressões culturais de uma determinada época para a adequada apreensão desse objeto de análise: há de se chegar ao nível mais fundo desse momento histórico, vale dizer, às condições de produção e às relações de produção.

Voltemos, pois, aos idos da década de 20, no Brasil.

Impende destacar que se trata de uma época de transição do modelo econômico no país, e enquanto transição é portadora de uma mescla de velhas e novas formas, muitas delas, em condição embrionária, não apresentam nitidez distintiva.

Entre as conseqüências da guerra imperialista de 1914-1918 conta-se uma tensão crescente, decorrente do acento monopolista, que conforma um novo patamar de contradições internas ao sistema, nos países centrais. Somente à custa de reformas sociais – confiadas ao Estado - se vislumbra a possibilidade de se restabelecer o precário equilíbrio da correlação de forças entre classes e segmentos de classe. A função reformista, entretanto, orienta uma reforma do próprio Estado, de tal sorte que este “rejeitará a forma democrático-liberal de capitalismo em função de formas totalitário-corporativistas nas relações sociais” (CURY, 1984, p. 7).

Essa configuração política, aliada aos significativos reflexos econômicos da Guerra nos países periféricos, vai afetar o quadro econômico-político brasileiro, sobretudo pela expansão da burguesia industrial e do proletariado, como registra Sodré (1966, p. 367):

Com a quase paralisação da importação de produtos acabados, durante a guerra, a indústria nacional operara considerável avanço: a burguesia recebia, assim, extraordinário impulso, acompanhada pelo desenvolvimento do proletariado, agora conhecendo formas de organização cada vez mais avançadas.

Na expressão do mesmo autor, (SODRÉ, 1973), o período que se situa entre 1918 e 1930 caracteriza-se pelo “declínio das oligarquias”. Com efeito, se desde 1888 o fim do regime escravista e a organização racional de um mercado de trabalho assalariado já haviam criado as “condições básicas para que as relações capitalistas de produção pudessem dominar plenamente a economia brasileira” (FOOT e LEONARDI, 1982, P. 168), os efeitos da Primeira Guerra Mundial e o impulso no desenvolvimento da produção industrial no país configuram um quadro que enfraquece os suportes do modelo agro-

patriarcal e induzem uma reorganização do modelo econômico. Como expõe Cury (1984, p. 6),

as exigências dos setores dominantes regionais não-cafeeiros, os crescentes interesses das camadas médias e setores industrializantes, as pressões das classes populares e a incapacidade do patrimonialismo de se sustentar frente às crises do capitalismo internacional abalam a estrutura do modelo agro-exportador e conduzem a alterações de ordem sócio-política.

Enfim, estabelece-se no país um conjunto de mudanças em que se articulam um ideário nacionalista suscitado pela guerra, o crescente fortalecimento do setor industrial-urbano, a expansão do proletariado e dos setores médios. Nesse quadro, embora ainda sob o poder político de forças agro-patriarcais, importantes setores da sociedade brasileira animam-se a defender um ideário de progresso, ponta de lança de um movimento reivindicatório da satisfação de suas aspirações, entre as quais avulta a luta contra o atraso social e econômico. Conforme esclarece Heitor Ferreira Lima (1973, p. 335):

A intensa industrialização ocorrida no primeiro pós-guerra não teve apenas repercussões materiais, porém também ideológicas. Assim, com a inserção da atividade industrial na economia brasileira deu-se início à sua transformação estrutural. E isto por várias razões.

Em primeiro lugar, porque criou uma nova atividade até então inexistente ou de bem pouca significação. Por outro lado, ampliou e fortificou as duas principais classes da sociedade moderna: os empresários industriais e os trabalhadores fabris. Os centros urbanos, naturalmente, se desenvolveram, crescendo o número de comerciantes, de funcionários, de estudantes e outras camadas da classe média.

Tudo isso ia revolucionando a sociedade, forçando alterações na sua estrutura, entrando em choque com os padrões, os costumes estabelecidos e predominantes.

E conclui, com uma citação literal de J. F. Normano:

Em cinco anos o país realizou um trabalho que provavelmente levaria décadas para ser realizado em condições normais. Uma evolução estrutural substituiu uma revolução estrutural, sem mudança de direção do processo. Mas, talvez mesmo o mais importante do que os resultados da incipiente industrialização, foi o crescimento da psicologia industrial. (p. 335).

Nagle (1976) traduz com propriedade o nervo do embate ideológico decorrente dessas mudanças como um confronto entre civilização urbano-industrial versus civilização agrário-comercial. Nesta moldura, a educação assoma ao palco dos debates a ponto de que:

O mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda no progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (escolanovismo). A partir de determinado momento, as formulações se integram: da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio dos anos vinte, vive uma hora

decisiva, que está a exigir outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica. (p. 99-100)

Como preleciona Paiva (1985, p. 89), com a guerra, “volta à cena o problema educativo, sobre o qual se concentram as energias dos diversos grupos. Atribui-se à precária difusão do ensino a responsabilidade por todos os nossos problemas e inicia-se uma intensa campanha contra o analfabetismo”.

Se, num primeiro momento, o combate ao analfabetismo imanta o debate pedagógico, aos poucos vai sendo considerado apenas um “primeiro passo” num quadro de exigência que culmina com a formação profissional, passando pela escola integral.

Assim, esclarece Nagle (1976, p. 114),

os novos padrões que se apresentam modelam-se a partir do pressuposto de que a escola primária é capaz de regenerar o homem brasileiro e, por esse caminho, regenerar a própria sociedade. Aqui, o modelo pedagógico se transforma no instrumento da felicidade social; o “pedagógico” interessa mais que o “educacional”, no sentido de que o aspecto “doutrinário” sobreleva o aspecto “meramente informativo”, a começar pelo sentido que aquele fornece a este.

Como se pode depreender, são tempos de ebulição ideológica. A efervescência de idéias voltadas à construção da modernização do país resulta na eleição da escola como centro irradiador dos elementos civilizatórios. Na interpretação de Carvalho (1989, p. 9-10), tratava-se de, por meio da educação, “regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas”.

Nesse intuito, colocava-se em evidência a necessidade de eficiência no ensino e se fazia patente a exigência de um trato científico da atividade pedagógica, seja inspirando novas orientações para a transmissão de hábitos e comportamentos saudáveis, seja instigando a busca de novos instrumentos e métodos pedagógicos.

Essa incorporação da ciência pela educação, sob a égide da eficiência, inclina a atividade pedagógica para uma perspectiva tecnicista, sobre a qual, diz Saviani (2007, 379) “no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico” (p. 379).

Ao mesmo tempo em que se intenta a expansão da escola primária, o desenvolvimento urbano-industrial vai apresentar demandas de formação da força de trabalho. “Estabelece-se a relação entre a capacidade produtiva e a cultura técnica, e esta passa a ser o novo núcleo de preocupações educacionais”, ensina Nagle (1976, p. 115).

Analisando a organização do ensino profissional oficial no Estado de São Paulo, Moraes (2001, p. 185-186) reporta o emprego, na Escola Masculina do Brás, do *sistema slodj*, com o objetivo de “iniciar os alunos no manejo de instrumentos, de acordo com alguns princípios de ordem higiênica e fisiológica”, os quais “prescreviam que os trabalhos fossem realizados em posições definidas do ponto de vista fisiológico e que os utensílios, escolhidos segundo indicações higiênicas, estivessem adaptados à força da criança; que o aluno empregasse alternadamente a mão direita e a esquerda, etc...”.

No embate entre uma tendência de formação mais integral e uma formação mais especializada, ganha corpo esta última. Assim é que, em 1924 é criada a Escola de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios. Como esclarece Moraes (2001, p. 193), sob

coordenação de Roberto Mange, elabora-se uma experiência de ensino técnico, “mais adequada às exigências do processo produtivo, ao domínio do capital sobre o trabalho. Iniciam-se estudos visando o desenvolvimento de novo método de ensino, baseado nos princípios tayloristas de organização científica do trabalho”.

Compreendendo o instrumental de De Franco

Nesse contexto de expressiva ebulição econômica e ideológica, que tem um núcleo forte na cidade de São Paulo e em que se articulam exortações para a regeneração do homem brasileiro, exigências de modernização da sociedade, exaltação da ciência e da técnica culminando, na formação profissional, com a incorporação dos princípios tayloristas e sua rigorosa mensuração dos movimentos do trabalho, resulta bastante compreensível o esforço de De Franco na produção de um excêntrico arsenal de instrumentos que garantam, em curto espaço de tempo, a eficiência na do aprendizado da caligrafia.

São Paulo vive, àquela altura, sob o clima das frementes idéias de cientistas, intelectuais e artistas tomados pelo anseio de elevar o país à altura do “novo”, do “moderno”, mas a partir de suas próprias origens, sem ferir o ímpeto nacionalista.

Esse espírito de devoção ao moderno – e, nele, ao cientificismo - é ricamente apreendido por Sevckenko (1992, p. 228):

A palavra “moderno”, de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Assim como os talismãs são objetos-fetiche que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para acima do cotidiano de homens e mulheres comuns. Nos termos da nova tecnologia publicitária, essa palavra se torna a peça decisiva para captar e mobilizar as fantasias excitadas e projeções ansiosas da metrópole fervilhante. Não há limite para o seu uso e, embora na sua raiz ela comporte um mero registro temporal, na semântica publicitária ela capitaliza as melhores energias da imaginação e se traduz, por si só, no mais sólido predicado ético em meio à vasta expectativa por uma vida melhor. Medicina moderna não se opõe simplesmente à medicina antiga por diversidade de princípios: ela comporta tecnologias mirabolantes, conhecimentos revolucionários, métodos inéditos, resultados extraordinários que ultrapassam tudo o que se sabia sobre a vida e a morte.

Não escapa a Sevckenko, (1992, p. 231) também, o uso político da expressão:

Fica patente, por aí, o papel decisivo que estaria reservado para a expressão “moderno” (ou seu correlato “novo”) no jogo político. Ela parecia conter um potencial particularmente explosivo, em especial se assumido como identidade por aqueles que atuavam na oposição ao regime vigente. O que obviamente não demorou a acontecer e foi adquirindo dimensões progressivamente cruciais. A condição retrógrada e subalterna do país no contexto internacional, agravada ademais por clamorosas discrepâncias sociais, uma estrutura ainda modelada pela sua condição colonial de origem, era particularmente vulnerável à mística semântica de expressões como “novo” e “moderno”. Quando um dos arautos da oposição, o jornalista Mário Pinto Serva, verbera da sua cáustica coluna política n’O Estado, apregoando no início dos anos 20 “a

nova era que se anuncia”, o que ele presume é o inevitável advento de um modelo estatal caracterizado pela racionalidade administrativa, informação estatística e métodos científicos.

De Franco, por certo um homem bem informado, empreendedor, exercendo o ensino de um ofício em risco de extinção - em razão do advento e difusão da máquina de escrever – apreende dois pilares do ideário de seu tempo: regeneração e modernidade. Tal explica, segundo entendemos, a proposta de regenerar o corpo do calígrafo por meio de excêntrico aparato técnico, fruto, sem dúvida de um extraordinário esforço técnico-cientificista.

O manual do Método de Caligrafia de De Franco, mais que mera proposta pedagógica, interessa-nos pelo que expressa do pensamento que emana de um crucial momento da história sócio-econômica brasileira.

O subtítulo do Método, “Sempre é Tempo...” mais que sugerir um convite ao estudo da caligrafia, em qualquer idade, parece a expressão de uma auto-afirmação: sempre haverá tempos interessados na elegância e delicadeza da caligrafia, desde, é claro, que ela esteja devidamente renovada para sintonizar com os anseios dos homens desses tempos.

Referências

CASTRO, Cláudio de Moura. **O papel do empresariado na educação.** In http://www.claudiomouracastro.com.br/publicacao.php?id_pub=339

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira:** católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1984.

DE FRANCO, Antônio. **Método de Caligrafia De Franco – Sempre é tempo...** De Franco: São Paulo, 1956.

DE FRANCO NETO, Antônio. **A Escola.** In: <<http://www.profdefranco.com.br/escola.html>>. Acesso em 12/02/2010.

FOOT, Francisco, LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Global, 1982.

LIMA, Heitor Ferreira. **História Político-Econômica e Industrial do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de Reprodução do Capital. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro: EPU, 1976.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Loyola, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na Metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Notas

¹ O Método De Franco apresenta exercícios com os seguintes tipos de letras: ronde francesa, gótica alemã, gótica inglesa, monogramas, tipo romano clássico, tipo romano adornado clássico, tipo romano em ornato variado, gótica alemã, relevo e fantasia do século XIX, lapidário a fantasia do século XIX, tipo mecânica e tipo arquitetura, além de uma “série De Franco” em cursiva.

² Todas as ilustrações foram extraídas de De Franco (1928).

³ Exemplifica tal importância, ainda hoje, o artigo de Cláudio de Moura Castro (2010), postado no seu sítio eletrônico, em que o autor exorta os empresários a uma ação mais orquestrada de controle da educação nacional, alertando-os de que “não é ocioso lembrar, a educação é um dos assuntos mais importantes para a saúde das nossas empresas” posto que o empresariado é o “consumidor da educação oferecida em nossas escolas”.

Artigo recebido em: 02/05/2010

Aprovado para publicação em: 28/05/2010